

**SAULO STEFANONE ALLE**

Doutor e mestre em Direito Internacional pela Faculdade de  
Direito da Universidade de São Paulo  
Bacharel em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Advogado e professor universitário

**COOPERAÇÃO JURÍDICA  
INTERNACIONAL E AUXÍLIO  
DIRETO ATIVO EM MATÉRIA PENAL**



Belo Horizonte  
2017

**CONSELHO EDITORIAL**

Álvaro Ricardo de Souza Cruz	Jorge Bacelar Gouveia – Portugal
André Cordeiro Leal	Jorge M. Lasmar
André Lipp Pinto Basto Lupi	Jose Antonio Moreno Molina – Espanha
Antônio Márcio da Cunha Guimarães	José Luiz Quadros de Magalhães
Bernardo G. B. Nogueira	Kiwonghi Bizawu
Carlos Augusto Canedo G. da Silva	Leandro Eustáquio de Matos Monteiro
Carlos Bruno Ferreira da Silva	Luciano Stoller de Faria
Carlos Henrique Soares	Luiz Henrique Sormani Barbugiani
Claudia Rosane Roesler	Luiz Manoel Gomes Júnior
Clémerson Merlin Clève	Luiz Moreira
David França Ribeiro de Carvalho	Márcio Luís de Oliveira
Dhenis Cruz Madeira	Maria de Fátima Freire Sá
Dircêo Torrecillas Ramos	Mário Lúcio Quintão Soares
Emerson Garcia	Martonio Mont'Alverne Barreto Lima
Felipe Chiarello de Souza Pinto	Nelson Rosenvald
Floribal de Souza Del'Olmo	Renato Caram
Frederico Barbosa Gomes	Roberto Correia da Silva Gomes Caldas
Gilberto Bercovici	Rodolfo Viana Pereira
Gregório Assagra de Almeida	Rodrigo Almeida Magalhães
Gustavo Corgosinho	Rogério Filippetto de Oliveira
Gustavo Silveira Siqueira	Rubens Beçak
Jamile Bergamaschine Mata Diz	Vladmir Oliveira da Silveira
Janaina Rigo Santin	Wagner Menezes
Jean Carlos Fernandes	William Eduardo Freire

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2017.

**Coordenação Editorial:** Fabiana Carvalho  
**Produção Editorial e Capa:** Danilo Jorge da Silva  
**Imagem de Capa:** Pexels (Pixabay.com)  
**Revisão:** Ada Santos Seles

341.14      Alle, Saulo Stefanone  
A422c      Cooperação jurídica internacional e auxílio direto ativo em matéria penal /  
2017      Saulo Stefanone Alle. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2017.  
189 p.

ISBN: 978-85-8238-292-9

1. Direito penal internacional. 2. Cooperação jurídica internacional. 3. Direito processual penal.  
4. Processo penal – Brasil. 5. Direito internacional dos direitos humanos. I. Título.

CDD(23.ed.)–345.05  
CDdir – 341.14

Elaborada por: Fátima Falci  
CRB/6-700

**MATRIZ**

Av. Nossa Senhora do Carmo, 1650/loja 29 - Bairro Sion  
Belo Horizonte/MG - CEP 30330-000  
Tel.: (31) 3031-2330

**FILIAL**

Rua Senador Feijó, 154/cj 64 – Bairro Sé  
São Paulo/SP - CEP 01006-000  
Tel.: (11) 3105-6370

**www.arraeseditores.com.br**  
**arraes@arraeseditores.com.br**

Belo Horizonte  
2017

## SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	XII
APRESENTAÇÃO .....	XV
INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO 1	
AUXÍLIO DIRETO ATIVO EM MATÉRIA PENAL NO BRASIL .....	6
1.1. Terminologia e conceito do auxílio direto ativo em matéria penal.....	6
1.2. Conformação do auxílio direto ativo em matéria penal em face dos textos internacionais .....	10
1.3. A superação da carta rogatória e da extradição como referencial para o auxílio direto ativo em matéria penal.....	13
1.4. Reflexão sobre a mudança na perspectiva: da carta rogatória ao auxílio direto ativo em matéria penal .....	19
1.5. O contexto da cooperação jurídica internacional .....	23
1.6. O auxílio direto ativo em matéria penal, solenidades e autoridade central	27
1.7. A prática brasileira .....	30
1.8. Auxílio direto ativo em matéria penal: casos recentes no direito brasileiro	32
CAPÍTULO 2	
AUXÍLIO DIRETO ATIVO EM MATÉRIA PENAL E PROCESSO PENAL BRASILEIRO .....	35
2.1. Auxílio direto ativo no contexto do processo penal.....	35
2.2. Auxílio direto ativo em matéria penal, formalidades do direito brasileiro e nulidades .....	37
2.3. O tratado de cooperação e os parâmetros formais do processo .....	40
2.4. Considerações preliminares sobre a ideia de que o tratado delimita a prestação da cooperação.....	42
2.5. Processo penal brasileiro e auxílio direto ativo: instrumentalidade e boa-fé	44
2.6. Mas não cabe controle?.....	49
2.7. Resistência brasileira à assimilação do direito internacional .....	50

2.8. O direito internacional delimitado pelo processo penal brasileiro e o auxílio direto ativo em matéria penal.....	51
---	----

### CAPÍTULO 3

O DEVER INTERNACIONAL DE COOPERAR E OS TRATADOS.....	53
3.1. O fundamento da cooperação jurídica internacional e o auxílio direto em seu contexto .....	53
3.2. Tratados e direitos humanos no contexto do Estado cooperativo.....	57
3.3. O auxílio direto ativo em matéria penal no Brasil, os tratados e o direito internacional pós-moderno .....	59
3.4. Perspectiva crítica sobre a visão brasileira comum do direito internacional aplicado ao auxílio direto.....	64
3.5. O dever de cooperação e o direito produzido por ato de organização internacional.....	65
3.6. <i>Soft law</i> e cooperação jurídica internacional.....	69
3.7. Auxílio direto em matéria penal e limite do cível.....	71
3.8. Breves considerações sobre o reforço do direito de acesso à justiça, na interpretação das normas internacionais que enunciam o dever geral de cooperar.....	74

### CAPÍTULO 4

DIREITOS HUMANOS E CONFLITOS INTERPRETATIVOS NO AUXÍLIO DIRETO ATIVO .....	77
4.1. Cooperação entre sistemas diferentes.....	77
4.2. Valores comuns para a cooperação: quais “direitos humanos”?.....	78
4.3. Universalidade? Norma escrita e norma interpretada.....	82
4.4. Direitos humanos: o papel contramajoritário.....	87
4.5. Reafirmação da importância do direito internacional dos direitos humanos e risco do juízo moralizante.....	90
4.6. O papel do direito internacional dos direitos humanos perante o direito brasileiro.....	94
4.7. Qual seria o direito internacional dos direitos humanos para o direito brasileiro? .....	97
4.8. O auxílio direto ativo em matéria penal no Brasil ante a velha perspectiva de direitos humanos .....	100

### CAPÍTULO 5

QUESTÕES DE JURISDIÇÃO E LEI APLICÁVEL NO AUXÍLIO DIRETO ATIVO EM MATÉRIA PENAL .....	104
5.1. Cooperação jurídica internacional em matéria cível e penal: regência ...	104
5.2. A identidade autônoma do auxílio direto ativo em matéria penal.....	105
5.3. Territorialidade da lei penal e transnacionalidade do processo penal.....	109
5.4. Jurisdição e competência no âmbito da cooperação jurídica internacional	110

5.5. Jurisdição, competência e soberania.....	112
5.6. Jurisdição e legalidade: direito internacional, individualismo liberal e uma reflexão crítica sobre as bases do processo penal brasileiro .....	114
5.7. Ordem pública .....	117
5.8. <i>Lex fori vs. lex diligentiae</i> : assimetria das formas, direitos humanos e nulidades no processo penal brasileiro .....	123

## CAPÍTULO 6

AUXÍLIO DIRETO ATIVO EM MATÉRIA PENAL NO BRASIL: DEVER INTERNACIONAL DE COOPERAR, CONFLITOS INTERPRETATIVOS E LEI APLICÁVEL.....	127
6.1. A construção de um direito uniforme e a cooperação jurídica internacional.....	127
6.2. Dos valores comuns ao padrão normativo universal.....	129
6.3. Alternativas de integração entre as esferas de direito.....	131
6.4. O contexto do reconhecimento mútuo na Europa e as condições para o auxílio direto em matéria penal.....	132
6.5. A margem de apreciação nacional e o reconhecimento mútuo da Europa para o contexto global: limitações e o papel do engajamento ....	134
6.6. Direito internacional como referencial necessário.....	137
6.7. Reflexões sobre o sistema de precedentes no direito brasileiro e a integração com o direito internacional.....	142
6.8. Abertura do direito brasileiro para uma nova perspectiva: a necessária consolidação teórica para garantir a segurança jurídica e a coerência do sistema .....	147
CONCLUSÃO.....	151
REFERÊNCIAS .....	158
APÊNDICE - DADOS ESTATÍSTICOS.....	169